

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Carolina Ferreira Soares

**“BICHO BRUTO’: AS RELAÇÕES ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS NA
AGRICULTURA FAMILIAR, TRADICIONAL E NO AGRONEGÓCIO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Luzimar Paulo Pereira.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Carolina Ferreira Soares**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 2014173079A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Bicho bruto”: a relação entre animais humanos e não-humanos na agricultura familiar, tradicional e no agronegócio**, desenvolvido durante o período de Março de 2017 a Junho de 2017 sob a orientação do Prof. Dr. Luzimar Paulo Pereira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Carolina Ferreira Soares

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

“BICHO BRUTO’: AS RELAÇÕES ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS NA AGRICULTURA FAMILIAR, TRADICIONAL E NO AGRONEGÓCIO

"ROUGH BEAST ': THE RELATIONSHIP BETWEEN HUMAN AND NON-HUMAN ANIMALS IN TRADITIONAL AND FAMILY AGRICULTURE, AGRIBUSINESS

Carolina Ferreira Soares¹

RESUMO

Neste presente artigo, foi realizada uma análise bibliográfica acerca da relação entre animais humanos e não-humanos na agricultura familiar, tradicional e no agronegócio, destacando conceitos como campesinato, animal e bem-estar. As maneiras de tratamento dos animais não-humanos foram exaltadas e comparadas entre si, mostrando as disparidades entre sociedades tradicionais e capitalistas de produção, sendo uma geralmente voltada ao próprio sustento e a outra voltada para a produção em massa de mercadorias. A proposta foi diferenciar a importância do “bicho” nas pequenas comunidades tradicionais e sua crescente desvalorização com o surgimento do agronegócio, partindo do pressuposto de que agronegócio possui caráter lucrativo enquanto a agricultura tradicional possui caráter subsistente. A pesquisa deu-se pelo levantamento, leitura e análise de material bibliográfico selecionado dando ênfase em autores nacionais, porém não deixando à margem autores clássicos para facilitar o entendimento do leitor. Pretendeu-se, assim, preferenciar uma forma de produção à outra e sugerir maneiras alternativas de melhorar as relações entre humanos e não-humanos na atualidade, partindo do novo modelo agroecológico de produção.

PALAVRAS-CHAVE: campesinato; animais; humanos; não-humanos.

ABSTRACT

In this article, a bibliographical analysis was conducted on the relationship between human and non-human animals in family, traditional and agribusiness agriculture, highlighting concepts such as peasants, animals and well-being. The ways of treatment of non-human animals were exalted and compared to each other, showing the disparities between traditional societies and capitalist production, one generally aimed at self-sustenance and the other focused on mass production of commodities. The proposal was to differentiate the importance of the "animal" in the traditional small communities and their increasing devaluation with the emergence of agribusiness, starting from the assumption that agribusiness is profitable while traditional agriculture has a subsistence character. The research was done by surveying, reading and analyzing bibliographical material selected with emphasis on national authors, but not leaving aside classic authors to facilitate the reader's understanding. It was thus intended to prefer one form of production to another and to suggest alternative ways of improving relations between humans and nonhumans today, starting from the new agroecological model of production.

KEYWORDS: Peasantry; Animals; humans; Non-humans.

1. INTRODUÇÃO

No polo de discussão entre conceitos diversos de campesinato, agronegócio, animais humanos, não-humanos e “bem-estar” animal, encontra-se uma dificuldade muito grande em correlacionar esses termos sem adquirir preferência por alguns significados específicos.

O modelo capitalista de produção foi responsável por muitas modificações, tanto sociais quanto políticas e econômicas, tornando esta análise crítica e voltada para a defesa de uma sociedade menos “robotizada” e mais preocupada com o próximo, seja humano ou não. Podemos utilizar como exemplo destas transformações causadas pelo advento do capitalismo, sistema este construído sob a égide de uma longa duração, temos as reflexões de Karl Polanyi a despeito do mercado: “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente” (POLANYI, 2000, p. 65). É interessante nos debruçarmos sobre estes debates, uma vez que, ao problematizarmos o mercado e a constituição do mesmo, lançamos as bases teóricas para as reflexões em torno do humano e não humano e, principalmente, a despeito do agronegócio. Desta maneira, percebemos que, assim como o capitalismo, o mercado foi construído

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: carolinasoressanders@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luzimar Paulo Pereira.

historicamente. Esta talvez seja a principal reflexão de Polanyi que nos serve aqui. Para o autor, as civilizações anteriores à Revolução Industrial, eram marcadas por serem sociedades com mercado, ou seja, a estrutura reguladora das trocas econômicas estava diluída no tecido social. Após o fim da “gestação do capitalismo”, o autor estabelece que essas sociedades eram de mercado. Temos então, que o mercado e os negócios passam a regular toda a agência social, uma vez que a economia, e principalmente o dinheiro, passam a receber uma centralidade não vista outrora. É, pois, a partir destas discussões em torno da constituição do mercado capitalista que partiremos para questões mais específicas, como as relacionadas à ideia de valor.

No livro “O Capital”, de Karl Marx, fica bem clara a diferenciação entre valores, sejam eles de uso, troca ou valor em si. O valor de uso, segundo Marx, se refere à utilidade que aquele objeto possui. Ele cita exemplos como ferro, trigo e diamante, alegando que as propriedades materiais daquele objeto são fundamentais para definir sua utilidade. Já o valor de troca se refere à proporção de um objeto com relação ao outro, ou seja, quanto de um objeto “a” seria necessário para ser trocado por um objeto “b”. Marx também define o conceito de valor:

Na própria relação de troca das mercadorias, o seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente dos seus valores de uso. Se agora realmente abstrairmos do valor de uso dos produtos de trabalho, obtemos então o seu valor, tal como acabamos de determinar. Portanto, aquilo que é comum e que se manifesta na relação de troca ou valor de troca da mercadoria é o seu valor. O prosseguimento da investigação remeter-nos-á para o valor de troca como o necessário modo de expressão ou forma fenomênica do valor, que, no entanto, para já, há-de ser considerado independente desta forma. (MARX, 2013)

O autor defende que o valor de qualquer mercadoria se dá pelo tempo de trabalho levado ao produzi-la. “Na esfera de circulação interna só uma mercadoria pode servir de medida de valor e, portanto, de dinheiro” (MARX, 2013). Porém, não devemos reduzir um ser vivo a isso, uma mera mercadoria que demanda tempo e trabalho, mas sim, modificar nossa visão sobre ele, mudando a forma de manejo, tratamento e produção:

A mercadoria é, antes de tudo, um objecto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objecto é um meio de subsistência, objecto de consumo, indirectamente, se é um meio de produção. (MARX, 2013)

O objetivo deste artigo, portanto, é entender as modalidades de relação entre homens e animais em três formas de atividade agrícola: a familiar, a camponesa e o agronegócio, tendo como foco a ideia de que elas implicam formas distintas de se tratar os animais, ora como mercadoria, ora como parceiros do trabalho humano sobre a terra.

Embora os animais possam ser objetos de troca, compra e venda, eles não podem ser caracterizados, apenas, como mercadoria, mas também, como aliados do trabalho humano, principalmente o gado, por contribuírem para a manutenção da terra camponesa, sendo sítio ou território:

Em determinados contextos, claro, eles são considerados simples objetos de posse do seu dono; podem ser vendidos, trocados, mortos e comidos. No entanto, com bastante frequência, os animais também podem ser classificados como seres engajados em relações de troca com os seus proprietários. Nas palavras de Brandão, fazendo referência a outro contexto etnográfico, tais animais seriam “Seres de algum modo tornados, então, subjetivamente e actancialmente, sujeitos de trocas, co-autores, autores de relações. De relacionamentos que encontrei carregados de significados, de sentidos e de sensibilidades”(1999: 162). (ANDRIOLLI; PEREIRA: 2016)

Nas sociedades tradicionais agrícolas, o animal era importante para a realização de várias tarefas dentro da propriedade, como transporte de carga, transporte de pessoas, como alimento, como produtor de leite, produtor de ovos entre outros produtos derivados de cada um. Os saberes tradicionais não se resumem apenas ao plantio de sementes ou mudas, mas também na forma de enxergar o outro e valorizar cada parte do processo produtivo.

Integrados à vida social das famílias, os animais são alvos diferenciados de afetos. Os seres humanos podem se relacionar com eles por meio de uma série de categorias que evocam “amor” e “estima” (“esse cavalo é de estimação”), “dó” e “pena”, passando pela “raiva” e “inimizade”. Marshall Sahlins (1974) defende que a circulação de bens (materiais ou não) em sociedades ditas “primitivas” ou “tradicionais” tem como uma de suas características centrais revelar momentos de relações sociais contínuas. O fluxo de bens é sempre constrangido por uma etiqueta (ele é, de certa forma, obrigatório). No entanto, as conexões entre a circulação de dádivas e as relações podem ser recíprocas. Se um vínculo pode obrigar (forçar) um dado movimento de bens, uma transação específica pode igualmente criar uma nova relação social. (ANDRIOLLI; PEREIRA, 2016)

A ideia de que os animais podem ser tratados como simples mercadoria é característica aparente de um sistema específico de produção, associado ao mundo do agronegócio, forma contemporânea de exploração capitalista das atividades agropecuárias. O sistema capitalista impõe o ideal do lucro, seu tempo passa a ser contado e reduzido, as relações afetivas são exauridas pouco a pouco, podendo tornar o camponês pertencente a esse mundo pautado no capital.

Atualmente é difícil enxergar uma forma menos cruel de se relacionar com animais dentro desse sistema produtivo, afinal, a população cresce cada vez mais. Porém, não existem apenas maneiras cruéis de produção. Os pequenos produtores mantêm uma relação muito mais harmônica com o animal, tendo o cuidado com a forma de alimentação, com o espaço e com uma forma de vida mais saudável e, se é que podemos caracterizá-la assim, feliz. Também deve-se considerar a grande importância dos animais na produção de alimentos realmente qualificados.²

1. AGRICULTURA TRADICIONAL E FAMILIAR: DEFINIÇÕES

O primeiro passo para a compreensão do conceito de agricultura tradicional, é enxergá-la como uma forma de vida, como uma rica e vasta cultura. O modo de produção camponesa é fundamentalmente familiar, tendo a família como unidade de produção e consumo. Essa colocação fica clara no texto de Altafin:

Portanto, produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado. (ALTAFIN, 2007: 2)

Nos últimos anos, no Brasil, a ideia de campesinato vem dando lugar ao conceito de agricultura familiar. Esse conceito é fruto das transformações no campo e, também, das ações do Estado em forma de políticas públicas voltadas para o campo

Delma Neves (2007), irá também definir o conceito de agricultura familiar em seu texto “Agricultura familiar: quantos ancoradouros! ”:

Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer

² Essa ideia também está presente nas propostas agroecológicas: A importância dos animais, em especial os ruminantes, é essencial ao restante do sistema de produção agroecológico pelo menos, em função de três aspectos: (i) Produção de esterco: O esterco produzido na propriedade contribui para a garantia da sustentabilidade orgânica e econômica do sistema, pois reduz ou elimina a necessidade de comprar adubos químicos ou mesmo esterco de outras fontes que podem conter vestígios de agrotóxicos; (ii) Diversidade na produção: Os produtos de origem animal são ricos em proteínas e podem contribuir com a segurança alimentar da família e gerar renda através da venda do excedente de produtos, como ovos, carne, leite e produtos derivados; (iii) Serviço: Os animais são importantes no auxílio e/ou na realização de tarefas/trabalhos cotidianos, constituindo elementos significativos na complementação da força de trabalho. (TOSETTO et al, 2013: 13)

a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica. (NEVES, 2007: 15)

O camponês tradicional possui um amplo conhecimento da terra, conhecimento este herdado de seus ancestrais. O que diferencia um agricultor tradicional de qualquer outro é sua relação com o território. Há, na agricultura tradicional, uma forma quase mística de se produzir um alimento. A terra faz parte da vida de quem a cultiva e é quase sagrada. O homem não apenas a domina, mas depende dela e a respeita. Existe o reconhecimento da importância de se preservar a natureza e de respeitar a capacidade produtiva do local. Wanderley (2003) diferencia camponês de agricultor:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. (WANDERLEY, 2003: 46).

Já quando se fala em agricultura familiar, associa-se imediatamente à pequenas propriedades rurais comandadas por uma família e com uma produção pequena comparada ao agronegócio. Porém, não é tão simples definir essa atividade em apenas um conceito, já que diversos autores a explicam de maneiras diferentes. Wanderley (2003), ao falar de modernização deixa clara a separação das formas produtivas, mesmo com a nova dinâmica a qual a agricultura foi submetida:

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. (WANDERLEY, 2003: 43)

Tomando a agricultura familiar de maneira geral e simplificada, podemos classificá-la como uma forma de organização em que a família tanto é detentora dos meios de produção, quanto executora das atividades responsáveis para a produção do que quer que seja, porém, ainda assim, com fins lucrativos demasiadamente menores se comparados ao agronegócio, além disso, as próprias técnicas produtivas não são homogeneizadas.

O uso do termo agricultura familiar tornou-se mais amplo quando o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado no Brasil, em 1996. Contudo, enquanto uns autores a delimitam como uma nova categoria, outros defendem as raízes históricas e suas semelhanças aos povos tradicionais, camponeses. Saron e Hespanhol situam o leitor acerca do significado e da função do PRONAF:

O programa passou por inúmeras mudanças e aperfeiçoamentos desde o início da sua elaboração e institucionalização nos anos de 1995 e 1996, mas mantém como eixo de atuação principal a concessão de crédito rural subsidiado a agricultura familiar. Apesar do crescimento expressivo no aporte de recursos financeiros ao programa, diversas pesquisas têm mostrado que houve a desvirtuação dos seus objetivos iniciais, o que tem contribuído para reforçar as diferenças entre os segmentos e cadeias produtivas mais capitalizadas (vinculadas ao modelo agropecuário dominante) e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar. (SARON; HESPANHOL, 2012)

No artigo Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, de Iara Altafin (2007), são apresentadas duas vertentes de pensamento acerca desse modelo de produção:

Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. (ALTAFIN, 2007: 1).

O ato de considerar a agricultura familiar uma nova categoria, se dá pela sua integração ao mercado, modernizando seus meios de produção, modificando suas técnicas agrícolas e obedecendo políticas governamentais. Por isso a distância de qualquer categoria relacionada à povos tradicionais.

Apesar de todas as mudanças sofridas na forma de produção, não se deve esquecer as raízes da agricultura familiar. Ao mesmo passo que suas técnicas são aprimoradas, o respeito pela terra é mantido. Incorpora-se ao “novo” os saberes tradicionais, fazendo com que essas modificações sejam formas de adaptação e não de ruptura absoluta com o “velho”.

A agricultura familiar não pode ser considerada capitalista, pois não há exploração do trabalho, a maioria dos trabalhadores são da própria família e, quando há a contratação de serviço externo, é em escala visivelmente menor, buscando meios de subsistência e reprodução familiar, e não a maximização do lucro. Dessa forma:

O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza (WANDERLEY, 2003: 54).

Além de produzir, ele também é consumidor de seus produtos, possuindo, dessa forma, um cuidado com o manejo da terra e valorizando sua diversidade.

2. AGRONEGÓCIO: UMA DEFINIÇÃO GERAL

Temos que, em grande medida, as definições em torno do conceito de agronegócio consistem em todas as atividades responsáveis pela produção e disseminação dos produtos agropecuários:

O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial então predominante. (BRITZMAN, 2013: 90).

Ao se deparar com tantos significados diferentes, cria-se a necessidade de uma generalização do termo:

Dessa perspectiva, a generalização do uso do termo agronegócio, mais do que uma necessidade conceitual, corresponde a importantes processos sociais e políticos que resultaram de um esforço consciente para reposicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção do reconhecimento de sua importância. (LEITE; MEDEIROS, 2012: 85)

No texto de Moacir Palmeira, Beatriz Heredia e Sergio Leite, a ideia do termo “agronegócio” será definida como uma agricultura industrial:

A ideia do agronegócio será uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O boom das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão “agronegócio” ou da sua matriz agribusiness por associações de produtores (como a Associação Brasileira de Agribusiness – Abag, de 1993) e até pelos próprios empresários. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010)

Atualmente, a visão que se tem do agronegócio é voltada para a industrialização do campo, para o uso de agrotóxicos e a produção em massa. Grandes porções de terras estão sendo destinadas à empresários e proprietários, fazendo com que grande parte dos povos tradicionais percam seu território e tenham que migrar para outro lugar.

Outra característica marcante do agronegócio é a detenção de poder nas mãos de poucos. Pequenas empresas começam a surgir, com o tempo elas vão se fundindo umas às outras e, no final, várias já estão unidas, dominando o mercado, marcadas pela modernização:

Alguns consideram que os produtores modernizados – independentemente do fato de serem pequenos, médios ou grandes proprietários – serão beneficiados quando comparados aos não modernizados. Outros relativizam tal afirmação, afirmando que alguns pequenos produtores pioraram de condição ao se modernizar, e que, acima de tudo, tal constatação desconsidera os inúmeros produtores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização. (ALENTEJANO, 2012. P: 479)

Essa exclusividade no mercado, faz com que a variedade de produtos a serem consumidos seja muito inferior, permitindo que se questione, até mesmo, a segurança alimentar. Quando as opções de produtos voltados à alimentação são escassas, os consumidores são obrigados a escolher uma delas no mercado. É certo afirmar que as grandes empresas utilizam agrotóxicos na produção, também é sabido que muitas pessoas adoecem durante esse processo por terem contato direto (ou indireto) com o veneno. Logo, não se pode ter certeza da qualidade real do produto.

Refletindo, pois, sobre a forma mecanizada de produção, afirma-se que os saberes tradicionais se perdem no agronegócio. Não há mais o manejo adequado da terra, não há o cuidado com a natureza, o foco das grandes empresas passa a ser o lucro. Enquanto povos tradicionais criam uma relação de afeição com o território, os capitalistas criam uma relação de exploração da terra e dos recursos naturais. O solo não é mais fertilizado com insumos naturais, mas sim, com fertilizantes. Os alimentos são cultivados com agrotóxicos que envenenam o solo, fazendo com que apenas a semente geneticamente modificada sobreviva num solo quase deserto, infértil.

3. RELAÇÃO DOS ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS NA AGRICULTURA TRADICIONAL, FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Como visto mais acima no presente artigo, a agricultura tradicional possui uma relação afetiva com a terra e, conseqüentemente, com os animais nela instaurados. Nessa forma de produção, subsistente e em menor escala, a presença dos animais não-humanos é muito necessária, já que eles não servem apenas com um produto a ser vendido no mercado, mas para o auxílio do ser humano. O animal (tomemos essa nomenclatura para caracterizar o não-humano) ajudará na fertilização do solo, no carregamento de cargas e não será confinado, característica fundamental para a diferenciação da relação do campesinato e agronegócio. Além disso, o animal também pode responsável por ajudar na defesa do território, das onças, por exemplo, no município de Chapada Gaúcha:

No município de Chapada Gaúcha, vizinho a Urucuaia, o vaqueiro Samu gostava de contar uma história do tempo em que havia muito gado criado solto nos cerrados da região. O relato destacava a predisposição do marruá (boi macho, reprodutor e bravo, porque criado na solta, isto é, fora do curral) para a proteção do território habitado pelo rebanho contra os ataques dos animais selvagens. O vaqueiro recordava que de primeiro a onça não pegava gado no curral porque o marruá o protegia. “Só não fazia mais destreza com medo do chão afundar” - referia-se Samu ao marruá. Marruá rodeava o curral a noite toda, rodeava com intenção de proteger, esturrado, e a onça, com isso, não se aproximava. (ANDRIOLLI; PEREIRA, 2016)

No campesinato, de maneira geral, podemos dizer que existe um “bem-estar animal” (Hötzel; Filho, 2004), que seria nada mais nada menos do que uma relação moral entre humanos e não-humanos e o ambiente de vivência. Essa relação moral é caracterizada assim, pois, há a possibilidade de conflitos entre homens e animais, porém, esse conflito permanece no campo da moralidade, já que não ocorre com a intenção de exploração mercantil pura e simplesmente. No texto de Luzimar Pereira (2015), fica clara a relação moral e ética existente entre os homens e os animais:

A atividade da criação atualizaria, então, uma espécie de “ética camponesa” segundo a qual a posse dos rebanhos só é plenamente efetivada através do esforço contínuo de transformação do mundo natural em social e cultural. Os animais seriam em si mesmos,

propriedades originais de deus, oferecidas como dons e dádivas para o usufruto de toda a humanidade (BRANDÃO, 1999). O trabalho com os animais é o gesto positivo de complementar a dádiva original com o esforço individual e coletivo de domesticação. (PEREIRA, 2015)

A preocupação com o animal não se resume apenas à preocupação com a qualidade da carne, do leite ou de qualquer coisa que possa ser originado dele, mas também, como afirmam Hötzel e Filho (2004), leva-se em consideração a ética e moral presentes nas famílias de camponeses:

Os principais motivos que levam as pessoas a se preocuparem com o bem-estar de animais de fazenda são inquietações de origem ética, o efeito potencial que este possa ter na produtividade e na qualidade dos alimentos e, por último, as conexões entre bem-estar animal e comercialização internacional de seus produtos de origem animal. Todos têm relevância e não devem ser considerados contraditórios. (HÖTZEL; FILHO, 2004)

No agronegócio, as relações entre seres humanos e animais são menos “respeitosas”. Como já visto anteriormente, um marco importante do agronegócio é o acúmulo de capital e a exploração da terra gerando o lucro. Porém, a exploração animal também se faz muito presente nesse ambiente. Os animais são confinados, o transporte dos mesmos é precário, sua existência se baseia no medo, dor e sofrimento, o que foge muito do “bem-estar” ideal.

A mecanização da agricultura tornou o animal apenas um produto gerador de renda. O agronegócio exige uma produção em massa de alimentos e as indústrias enxergam o tempo como fator de perda de dinheiro.

Uma espécie de mercadoria requer uma duração de tempo mais longa, a outra uma mais curta para a sua produção. A produção de mercadorias diversas está ligada a estações do ano diversas. Uma mercadoria nasce no seu mercado, a outra tem de viajar até um mercado distante. Um possuidor de mercadorias pode assim aparecer como vendedor antes do outro como comprador. Com o constante retorno das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de venda das mercadorias regem-se pelas suas condições de produção. (MARX, 2013)

Ao manter essa preocupação com o tempo gasto na produção da mercadoria, no caso, o tempo na criação do animal, as grandes indústrias aceleram o processo de desenvolvimento do “bicho” e vai contra o conceito de ética e moral que teriam caso fossem seres humanos. Levando a discussão do “bem-estar” animal à produção, deve-se levar em conta que o tratamento melhorado dos animais favorece sua comercialização:

Em vários países importadores de carne, a questão do bem-estar animal vem se tornando uma preocupação crescente, havendo a exigência, por parte da sociedade, de um número cada vez maior de ações que melhorem a qualidade de vida dos animais. Isso tem obrigado os produtores a realizar investimentos em treinamento de pessoal, instalações e equipamentos. É natural que tanto os produtores que fizeram tais investimentos, como as sociedades humanitárias de proteção que conquistaram esses padrões para os animais, não aceitem facilmente a importação de carne de países onde os produtores não cumpram os mesmos padrões. Embora as regras do comércio internacional ainda não prevejam restrições em razão de motivações de ordem do bem-estar animal, pode haver pressões de grupos pró bem-estar animal contra estabelecimentos comerciais que vendam produtos oriundos de países onde os animais sejam criados em condições percebidas como desumanas. (HÖTZEL; FILHO, 2004)

Se a visão lucrativa e mercantil fosse a única a ser seguida pelos grandes produtores, ainda assim o cuidado com o animal também seria extremamente relevante na criação, já que os consumidores tendem a manter uma maior preocupação com a qualidade de vida dos não-humanos, seu bem-estar, fazendo com que o produtor mudasse sua forma de agir perante a eles. Porém, ainda na atualidade, a importância da produção em massa permite que essas vidas tão importantes para a terra sejam subordinadas e maltratadas.

Assim, nota-se uma grande disparidade e diferença nas relações entre animais humanos e não-humanos no campesinato e no agronegócio, tornando este artigo favorável às maneiras mais cuidadosas de relação entre um e outro.

Hötzel e Filho (2004), propõem uma solução para o sofrimento dos animais:

Existem várias soluções para o problema da fome do mundo e do sofrimento de milhões de animais que não envolvem a exclusão de um em favor do outro, e são estas que devem ser apresentadas ao público e debatidas. Se considerarmos bem-estar animal dentro de um contexto ético maior, parte dos dilemas que cientistas enfrentam em relação à própria definição do termo bem-estar perdem relevância. Por considerar as implicações maiores da agricultura no bem-estar das populações humanas e no meio ambiente, a criação (e não a "produção") animal sustentável pode ser a síntese desse processo, e nesta síntese o bem-estar animal deve estar necessariamente implicado. (HÖTZEL; FILHO, 2004)

Com essas colocações acerca da diferença no trato dos animais por diferentes modelos produtivos, torna-se possível uma reflexão mais ampla para solucionar os problemas de bem-estar animal sem interferir na quantidade de produção e garantindo que a qualidade da mercadoria (e também a qualidade do processo) atenda às necessidades da população, sem causar sofrimento aos não-humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos textos estudados, nota-se que existe uma grande diferença entre as relações entre humanos e não-humanos nas presentes formas de produção e de vida citadas: agricultura familiar, agricultura tradicional e agronegócio. Tomando como base o campesinato, que, neste caso, representa a agricultura familiar e tradicional, percebe-se que o tratamento do animal é muito mais respeitoso e cuidadoso.

No campesinato, o animal possui uma alimentação adequada, um espaço para o convívio com outros animais, um cuidado específico e um bem-estar que resulta em um sentimento de felicidade, tornando mais harmônica a convivência entre os seres humanos e não-humanos. Além disso, nessas pequenas sociedades produtivas, cria-se um afeto com a terra, com a plantação, com o "bicho" e com os outros seres humanos, transformando o território e tudo em que nele existe, em uma forma de vida, em um lar.

Quando mudamos para a análise da relação entre humanos e não-humanos no agronegócio, nota-se a exploração do animal até sua completa exaustão. O não-humano é mantido confinado em pequenos espaços, sendo engordado para o corte, desrespeitado, utilizado e visto apenas como mercadoria, sofrendo as crueldades humanas justamente por não ser um igual e, na concepção de quem os cria ou os têm, subordinados e inferiores. É perceptível a diferença nas relações, tornando o posicionamento crítico praticamente obrigatório.

Por fim, deve-se pensar numa forma mais empática de se produzir, ou de se criar o animal. A proposta agroecológica vem com o intuito de melhorar essas relações entre seres humanos e não humanos, tornando a forma de vida "animal" mais feliz, garantindo seu bem-estar e promovendo novas maneiras de cultivar os produtos, já que nem tudo se faz através da mecanização e da visão lucrativa acerca de todas as coisas. Deve-se, também, restaurar os saberes tradicionais para o melhor manejo da terra e trabalhar o lado sustentável do território, a fim de melhorar a qualidade dos alimentos e a qualidade de vida dos consumidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2ª ed, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Artigos

ANDRIOLLI, Carmem; PEREIRA, Luzimar Paulo. Os dilemas da criação: as ambiguidades dos relacionamentos entre humanos e não humanos em dois municípios mineiros. Revista Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v.11, n.2, jul/dez. 2016.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.25, n.75, outubro. 2010.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; SARON, Flávio de Arruda. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. Geo UERJ, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

HOTZEL, Maria José; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. Bem-estar animal na agricultura do século XXI. Revista de Etnologia, São Paulo, v. 6, n.1, 2004.

INGOLD, Tim. Introdução a o que é um animal? Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, p. 129-150, 2007.

KECK, Frédéric. As relações homens animais em Lévi-Strauss. Revista de Antropologia da UFSCAR, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 97-107, 2015.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Revista Geografias, v. 4, p. 46-63, Belo Horizonte, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!, in: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. (orgs), Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

PEREIRA, Luzimar Paulo. O movimento dos bichos: notas etnográficas sobre animais, seres humanos e espaços em Urucuia, MG. Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v.9, n.1, março. 2015.

TOSETTO, Estevão Marcondes; CARDOSO, Irene Maria; FURTADO, Silvia Dantas Costa. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. Revista brasileira da agroecologia, Pelotas, v. 8, n. 3, p. 12-25, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.